Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 733/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 733/2011, de autoria do Deputado ônio Carlos Arantes, que dde utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Capitólio – Aciac –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 733/2011

Declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Capitólio – Aciac –, com sede no Município de Capitólio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Capitólio – Aciac –, com sede no Município de Capitólio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Luiz Henrique.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/9/2011

O Deputado Neider Moreira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público das galerias e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia; ontem foi uma data extremamente importante para a saúde pública do País, ontem o SUS completou 21 anos, atingiu sua maioridade. Foi realizada uma bela audiência pública neste Plenário, que trouxe à tona alguns fatos e alguns números que gostaríamos de expor à reflexão dos nobres pares. Na realidade, ao longo destes 21 anos de SUS, assistimos a uma inversão do que esperávamos ocorrer no financiamento da saúde pública em nosso país. Todos os países que fizeram opção por um sistema universalizado de atendimento passaram a apresentar percentuais altamente significativos de financiamento público, todos apresentaram percentuais acima de 70% de financiamento do setor público. Gostaria de expor a questão, de maneira suprapartidária, porque entendo que a saúde pública deve ser tratada dessa forma. Ela envolve a todos.

O que vem ocorrendo? Uma inversão. Hoje, 54% dos gastos com a saúde no Brasil - e é um valor significativo, pois representa 9% do PIB do País - são bancados pelo setor privado, e apenas 46% são bancados pelo setor público. É coisa muito diferente do que ocorre nos países que optaram pelo sistema universalizado de atendimento. O que isso quer dizer? Quer dizer que, sem sombra de dúvida, os governos, de maneira geral, não estão colocando recursos novos em saúde pública no País.

Temos hoje no Estado de Minas Gerais a segunda população do País. Vejam a transferência "per capita" que hoje é realizada pela União para o financiamento da saúde pública em nosso Estado. Minas Gerais, Deputado Inácio Franco, é o 18º Estado em transferência "per capita" em saúde pública no País. Isso ocorre num Estado que recebe pacientes de outros Estados brasileiros, os quais procuram nosso sistema de saúde para suprir suas necessidades. Daí, a importância do que se vai votar amanhã na Câmara dos Deputados. Temos a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que já foi apresentada no Senado Federal. O texto do ex-Senador Tião Viana, enviado à Câmara, foi substancialmente modificado. Na verdade, a proposta do Senador Tião Viana, do PT do Acre, era que a União participasse com 10% de sua receita corrente líquida; os Estados, com 12%, e os Municípios, com 15%. Isso foi suprimido na Câmara por um substitutivo do Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul, que desfigurou a regulamentação da referida emenda. Preservou os 15% dos Municípios, os 12% dos Estados, e retirou o percentual de 10% da União.

É necessário que essa votação ocorra. É importante a Comissão de Saúde da Assembleia fazer-se presente amanhã, em Brasília. É importante que a sociedade, em especial o setor de saúde pública, se mobilize. Precisamos tirar esse projeto da Câmara Federal, fazendo-o retornar ao Senado. Pelo menos já teremos regulamentados os critérios do que poderá ser subscrito na rubrica "saúde". Muito do que hoje é contabilizado nessa rubrica deixará de sê-lo. Retornando ao Senado, é necessário fazer uma mobilização intensa, para se resgatar o texto apresentado pelo Senador Tião Viana.

O momento é significativo. O Brasil tem de se definir: ou pretende manter o sistema universalizado de saúde e financiá-lo, colocando recursos novos; ou pretende prestar um serviço segmentado, optando por planos de saúde, planos de servidores, ficando o Sistema Único de Saúde para os pobres. O Brasil precisa tomar essa decisão.

Algo chama minha atenção, Deputado Durval Ângelo. Parece que a população brasileira começa a acordar para isso.

Nas últimas semanas, temos visto muitas manifestações de diversos setores da saúde pública, reconhecendo ser extremamente importante fazer a votação na Câmara, para fazer voltar o texto ao Senado, para reavaliação. Existe um clima político favorável para a apreciação dessa regulamentação tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado Federal.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Quero aplaudir em parte a intervenção de V. Exa. Penso que da mesma forma como se fez na regulamentação do Fundeb, temos também de resgatar a cidadania na saúde. Acho até que 15%, 12% e 10% são percentuais tímidos. Nas redes sociais, este momento está sendo chamado "primavera da saúde", e temos que realmente garanti-la. É justo e correto.

Sou de Contagem, onde o investimento em saúde atingiu este mês 27%, e falta muita coisa ainda a ser feita. Para mim, o problema que estamos tendo em Minas Gerais é o investimento do Estado e o investimento da União. Os dois entes federativos não estão cumprindo sua parte. Mesmo quando Minas argumenta que é o 18º Estado em renda "per capita", isso é muito pouco. Somos a 2ª ou a 3ª economia do Brasil; por isso o 18º lugar é pouco confortável. E há o problema do gasto com saneamento básico, que não será incluído agora na regulamentação. Contagem tem gasto 26%, 27%, e sabemos que outros Municípios têm gasto muito, e outros não têm gasto nada, usam a pedagogia da "empurroterapia". É uma ambulância, ou várias, para transportar os pacientes. Acho que a resposta da sociedade tem que ser esta: a mesma conquista de cidadania que houve com os fundos da educação deve ser feita no que concerne à verba da saúde. Parabéns! Aplaudimos! Minas e o governo federal estão devendo à saúde dos mineiros e do Brasil.

O Deputado Neider Moreira* - É exatamente a esse ponto que gostaria de chegar, Deputado Durval Ângelo. Temos feito um esforço muito grande nesta Casa, no decorrer deste semestre, para sensibilizarmos tanto o governo do Estado quanto o relator do Orçamento para 2012, para acatar nosso pensamento, desde que seja aprovada amanhã a regulamentação na Câmara Federal. Essa será uma questão pacífica, ou seja, a matéria já foi votada no Senado e será também votada na Câmara dos Deputados, restando à Casa revisora somente a questão relativa ao percentual da União. Os critérios a serem utilizados na rubrica "saúde" já estarão definidos. Precisamos sensibilizar tanto o governo do Estado quanto o relator da matéria nesta Casa, para que, no Orçamento de 2012, já se inclua, em sua totalidade, a situação nova que se apresenta em relação aos critérios para a rubrica "saúde", ou se estipule, junto ao governo do Estado, um regime de transição, para que o percentual seja alcançado no máximo em três anos. Isso é extremamente importante para que façamos valer a vontade soberana do Parlamento e para que a referida emenda à Constituição seja cumprida pelos Executivos Estaduais e Municipais e pela União.

Fica aqui um pedido, Deputado Durval Ângelo: que se sensibilize o PT em Brasília, a fim de corrigir essa situação, o que beira o ridículo. Ter o Estado de Minas Gerais a 2ª população do País e ser apenas o 18º em transferência "per capita" é um absurdo. Isso nos deixa, realmente, numa situação muito desconfortável.

Eis nossa preocupação em relação a essa questão da saúde. Precisamos viabilizar recursos. Proporemos uma audiência pública nesta Casa, a fim de que o BDMG tenha uma linha subsidiada para atendimento às unidades hospitalares no Estado. Isso é absolutamente necessário no momento em que as instituições de saúde vivem momentos delicadíssimos em termos financeiros.

Uma outra questão que nos preocupa diz respeito aos plantões da Polícia Civil nas cidades do interior de Minas Gerais. Como está sendo feito é absolutamente inaceitável. Não é justo que o cidadão que recolhe os seus impostos, que paga os seus tributos, na comunidade onde mora, à noite, fique sem ter sequer um Delegado de plantão. Isso é um incentivo à criminalidade, e haverá consequências seríssimas. Precisamos, assim, discutir muito tal questão nesta Casa, para que possa ser apresentada uma alternativa ao governo do Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento novamente as professoras e os professores aguerridos que, além de estarem presentes nas galerias da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, também estão neste exato momento dando início à assembleia geral da categoria no espaço popular do Poder Legislativo de Minas Gerais.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, com a transmissão ao vivo desta reunião pela TV Assembleia e pela internet, para refletir um pouco sobre a reunião que houve nesta manhã com o Líder do Governo, com o Sind-UTE, com os Deputados do Bloco PT-PCdoB.

Quero publicamente, Sr. Presidente, dizer que o Deputado Luiz Humberto Carneiro cumpriu parte do seu compromisso: reuniu-se com a categoria. Foi importante a presença dele. Infelizmente, ele tem uma posição equivocada, sem lógica alguma. Após 105 dias da legítima greve dos professores, respaldada pela Constituição, o Deputado Luiz Humberto insiste na tese de que não há negociação sem o fim da greve. Tenho 15 anos de movimento sindical e nunca vi pôr-se fim a um greve sem acordo, sem proposta visando ao fim dela. Acho que o Líder do Governo comete esse pequeno equívoco. Todos nós, Deputados, professores e sociedade, queremos realmente ver o fim da greve. Ninguém faz greve para o resto da vida. Queremos o fim da greve, com solução objetiva para os professores.

Essa reunião, Sr. Presidente, foi muito esclarecedora e extremamente pedagógica, porque a Profa. Beatriz, que coordena o movimento, é muito brilhante, deixou muito claro o posicionamento dos professores. É muito importante que quem nos assiste entenda que os professores de Minas Gerais estão respaldados hoje por uma lei federal, a Lei nº 11.738, de 2008. O Supremo Tribunal Federal, que é a corte suprema deste país, já se pronunciou dizendo que essa lei é absolutamente constitucional, que está valendo. Então, vale aquele velho ditado: decisão do Supremo não se discute, cumpre-se. Essa é a grande questão. A lei federal, Sr. Presidente, caríssimos telespectadores, estabelece um piso para o professor de nível médio, que tem curso de magistério, com uma jornada de 24 horas – a lei previa jornada de até 40 horas. O art. 6º dessa mesma lei diz que os Estados e Municípios que têm planos de carreira devem adequá-los a esse piso. O que a Profa. Beatriz esclareceu? A proposta original do Sindicato e dos professores, inicialmente apresentada para o cumprimento da lei federal, era baseada numa tabela apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Para compreendermos melhor tudo isso, farei um resumo, não citando as letras, mas apenas o início da carreira. Nessa primeira proposta, níveis I a VI, começando com o ensino médio e terminando em doutorado: vencimento básico de R$1.597,00, nível médio, até R$4.318,00, doutorado. Para demonstrar a sensibilidade e o espírito de negociação, posteriormente, os professores apresentaram contraproposta de uma segunda tabela, considerando a jornada integral, alterando os valores: R$1.187,00, para o ensino médio, indo até R$3.208,00, para o doutorado. Continuado o processo de negociação, o sindicato mais uma vez cedeu, chegando a uma tabela proporcional para uma jornada de 24 horas, sendo, para o nível médio, o valor inicial de R$712,20, e para o doutorado, de R$1.926,89. Percebemos, então, que o sindicato e os professores já fizeram todo o esforço possível para chegar, numa negociação razoável, ao consenso, pressupondo que estão respaldados por uma legislação federal.

Fico imaginando os professores de Minas Gerais, que há 20, 25 anos, recebem um dos piores salários do País. Não estou falando apenas do Governador Anastasia. Estou falando de 20, 25 anos atrás, os professores recebendo um dos piores salários do País. Hoje eles têm uma ferramenta fundamental: a lei, que garante seus direitos. A pergunta que devemos fazer é: por que os professores deveriam abrir mão desse direito? Não faz sentido.

Os professores apresentaram esta tabela que vai de R$712,00 a R$1.926,00 como vencimento básico. Na proposta do governo que chegou à Casa, ele acatou um único ponto: vencimento básico do nível médio, ou seja, R$712,20. Ele acatou esse ponto, mas parou por aí; a partir desse valor, nivelou todo o mundo. Ele igualou o professor de nível médio, por quem temos profundo carinho e respeito - que antigamente era maioria, mas hoje já não é, pois a educação evoluiu -, aquele professor do magistério, do curso normal, do 2º grau, ou seja, a famosa normalista do passado, ao professor que tem mestrado, doutorado, especialização, com o salário de R$712,00. A professora Beatriz deixou isso muito claro para o Líder do Governo.

Hoje, compreendemos que é preciso, sim, encontrar uma saída para o impasse dos professores. Há somente uma saída: o cumprimento dessa tabela final apresentada pelo Sindicato, a tabela do piso proporcional aplicado à carreira, de R$712,00 a R$1.926,00, respeitada, obviamente, a progressão por tempo de serviço, que vai da letra A à letra P. Em cima disso, a Casa Legislativa deve se debruçar. É isso o que devemos fazer. Em meu entendimento, contribui pouco sairmos fora desse debate. Sabemos que esta Casa é permeada por questões políticas, legítimas e partidárias, e temos pleno respeito por isso; entretanto, hoje o foco é como a Assembleia Legislativa de Minas irá costurar um substitutivo que considere a tabela apresentada pelos trabalhadores da educação, pelo Sind-UTE. Uma tabela com o piso reduzido, o piso proporcional de R$712,00, observado o plano de carreira, que é direito adquirido dos professores.

Obviamente, todas as vezes que conversamos com o governo, e não é apenas com o governo de Minas, não devemos ter hipocrisia, todas as vezes que há negociação de salário, com qualquer governo, a conversa é sempre a mesma. Por exemplo, recentemente, em Betim, houve uma negociação assim, sem uma conversa legítima. Sempre surge o argumento de que o orçamento não comporta o pagamento. Tudo bem! Não sou do governo, não sou do Executivo e não estou sentado lá, porque quando estiver, se algum dia eu estiver, minha obrigação é resolver os problemas. Agora, precisamos encontrar a saída. Precisamos saber qual é o impacto e o prazo que o governo quer para pagar os professores. Ele precisa cumprir a lei, e não pode dizer que não irá cumpri-la. Precisamos caminhar para um consenso, compreendendo que devemos pagar o piso conforme determinou a lei federal e o Supremo, respeitando a carreira. É isso que porá fim à greve; é isso que dará a vitória legítima e necessária aos professores.

Nós, como Oposição, estamos dispostos a ajudar o governo a encontrar a fonte de financiamento. Como se faz isso? Não é tão difícil assim. A primeira coisa importante que os professores devem saber é que, na sexta-feira, o governo apresentou um pacote tributário para melhorar as finanças do Estado.

Apesar de não ter lido completamente o pacote tributário, percebi que ele possui um ponto que não me agrada muito. Por exemplo, o governo está taxando corretamente as mineradoras em Minas Gerais e cobrará mais 2% sobre a tonelada de minério de ferro que sai de Minas. Isso é corretíssimo e é uma boa saída. Veremos ainda mais. Há muita isenção fiscal para os grandes empreendimentos. É preciso fazer um ajuste e um acerto nisso para, por meio desse pacote tributário, conseguir uma fonte para reforçar o caixa do Estado e cumprir a LRF.

Há outro aspecto importante sobre o qual os Deputados têm discutido muito pouco. Esse aspecto foi bem esclarecido pelo Dr. André, Subsecretário de Planejamento. Minas Gerais estava no seu limite de responsabilidade prudencial em relação à LRF. Estava-se na chamada "linha amarela" do gasto com o servidor público. Ocorre que a Comissão de Valores do Banco Central elaborou outra resolução, refazendo o cálculo da LRF. Ao refazê-lo, Minas ficou abaixo do limite; portanto possui uma margem. Como foi dito pelo Subsecretário de Planejamento, já não estamos no limite prudencial da LRF. Há uma folga, sim, no Orçamento para efetuar o pagamento. Então, não enxergo outra saída, senão fazermos um apelo e um esforço concentrado – governo e Oposição – para elaborarmos o substitutivo ao projeto do governo o mais urgente possível, a fim de votarmos nesta Casa a tabela apresentada pelo Sind-UTE, indicando aos professores a data do pagamento. Como parlamentar, compete-me ajudar o patrão, que, aliás, aqui no caso, é o governo estadual, a efetuar o pagamento, ou seja, pagar o que a lei determina e fazer com que os professores conquistem aquilo que já é direito deles: o piso nacional dos professores. Esse é o nosso entendimento, esse é o nosso compromisso. Estamos dispostos a fazer um esforço concentrado nesta semana e na próxima.

Faço um apelo à base governista. Não há matéria mais importante a ser votada no Plenário desta Casa, a não ser o cumprimento do piso nacional dos professores no Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/9/2011

O Deputado Gustavo Corrêa* – Boa tarde. Cumprimento o Sr. Presidente, as Deputadas e os Deputados que hoje estão em nosso Plenário, as pessoas que se encontram, de forma organizada e ordeira, em nossas galerias nesta tarde, os telespectadores da TV Assembleia e os demais amigos que aqui estão.

O motivo que me traz aqui, apesar de, para alguns, estarmos vivendo um momento um pouco conturbado, com uma série de greves, não é a greve dos servidores da educação, que já dura alguns dias. O tema que abordarei – tenho a certeza de que, independentemente de diferenças partidárias e políticas, todos nós saberemos reconhecer que será algo extremamente importante - é algo que fará com que o nosso país seja reconhecido mundialmente: a Copa do Mundo de 2014.

Na última sexta-feira, a Presidenta Dilma, a Presidenta de todos os brasileiros, esteve aqui em Belo Horizonte. Saiba, prezado Deputado Tadeu Martins Leite, que o Estado de Minas Gerais tem sido citado por todos os órgãos de imprensa e por empresas de engenharia como o Estado que tem as obras mais adiantadas.

Sr. Presidente, gostaria de abordar o tema Copa do Mundo de 2014, mas espero que a galeria saiba ouvir e respeitar os que aqui estão, porque tem agido assim os Deputados em relação a eles. Pode ser que, na opinião deles, isso não esteja ocorrendo, mas tenho a certeza de que todos têm sido tratados com o maior respeito e educação possível.

Ontem, à tarde, quando outros oradores utilizaram os microfones deste Plenário, tive a oportunidade de falar do carinho, do respeito e da admiração que minha família tinha para com o Deputado Sávio Souza Cruz, quando militava na vida pública em Belo Horizonte como Vereador. Todos os integrantes da minha família eram eleitores desse Deputado, mas não tive oportunidade de votar nele por causa da minha idade. No entanto, o Deputado Sávio Souza Cruz disse que o ex-Governador Aécio Neves vinha implementando em nosso Estado uma censura à imprensa e à liberdade de expressão, tudo isso em prol, em troca de um projeto político pessoal. Ele se referiu ao Senador Aécio como "senadorzinho".

Percebo que o público das galerias tem um grande apreço pelo Senador Aécio pela salva de palmas. Penso que, independentemente de colorações partidárias, os Governadores, Presidentes, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores e todos os cidadãos devem ser tratados de forma respeitosa. E Senador de forma alguma deve ser chamado de "senadorzinho". Portanto, Sr. Presidente, solicito que V. Exa. peça que não conste nos anais da Casa as expressões pronunciadas por outros oradores.

Antes de abordar o assunto da Copa do Mundo, para os que não sabem, e o faço de forma muito tranquila...

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. buscar a compreensão das galerias para que possam ouvir um pouco do meu discurso e fazer uma reflexão.

O Sr. Presidente – Solicito educadamente às pessoas que estão nas galerias que nos permitam ouvir o orador.

O Deputado Gustavo Corrêa* – Obrigado. Nesta manhã, fiz minha corrida diária, e a faço sem vergonha alguma.

Tenho orado também para que Deus dê saúde e paz, para todos encontrarmos o caminho do diálogo. Quando fazia minha corrida matinal, Deputado Délio Malheiros, entre os corredores levantamos uma questão, e houve certa divergência de opiniões. Um corredor que sempre está presente, um belo advogado como V. Exa., o Dr. Caetano, citou um livro escrito pelo irlandês Jonathan Swift, "As viagens de Gulliver. Imagino que os professores presentes devem conhecer um pouco das histórias de Gulliver. Em uma viagem de navio, ele chegou aos continentes de Lilliput e Blefuscu. Lá existia uma briga permanente entre dois lados: os Tramecksan e os Slamecksan. Eles se digladiavam, por causa de suas ideias e opiniões, mas sempre de forma respeitosa e educada. A discussão era sobre qual seria o lado certo para se quebrar um ovo. Discutiram isso por várias luas, mas não conseguiram chegar a um consenso.

Então, pergunto a todos se o momento adequado não é do diálogo, do respeito e da democracia. Não é praticando atos como o de impedir o direito de ir e de vir de qualquer cidadão que vamos...

Volto a dizer: fico muito tranquilo para expor.

Dessa forma, solicito ao Sr. Presidente que desconte do meu tempo...

O Sr. Presidente – Solicito às pessoas que estão nas galerias que deixem o Deputado Gustavo Corrêa terminar seu pronunciamento. Continua com a palavra o Deputado Gustavo Corrêa.

O Deputado Gustavo Corrêa* – Sr. Presidente, como disse anteriormente a V. Exa., o assunto que me traz hoje a esta tribuna é exatamente...

Sr. Presidente, infelizmente percebo que não há condição de os trabalhos continuarem.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/9/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino

exonerando Denize Silva Gomes Vieira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Djalma Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando Jaqueline Fernandes Patusco do Couto Rodrigues do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Luiz Carlos de Moraes Pinto do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Denize Silva Gomes Vieira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Djalma Santos para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Jaqueline Fernandes Patusco do Couto Rodrigues para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Luiz Carlos de Moraes Pinto para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

exonerando João Makhoul do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2011
NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 86/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/10/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa para fornecimento de lanches aos alunos de escolas públicas e particulares dos ensinos fundamental e médio, participantes do Programa de Educação para a Cidadania.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Siotech Ar Condicionado Ltda. - EPP. Objeto: serviço de instalação de sistemas condicionadores de ar nas salas de transmissão de sinal da TV Assembleia localizadas na Serra do Curral, com fornecimento de equipamentos, componentes e materiais. Vigência: 90 dias contados a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 29/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90 -10.1.

Termo de Contrato

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária dos Moradores de Maria Nunes. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Termo de Contrato

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Caraí. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CONSULTA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 1/2011

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria técnica especializada, com vistas à definição do modelo de gestão por competências e ao desenvolvimento e implantação de metodologia de mapeamento de competências essenciais e gerenciais na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 12, XI, da Deliberação da Mesa nº 2.396/2007, convida a todos os interessados na contratação acima referenciada, a apresentarem comentários e sugestões ao Termo de Referência, visando ao aprimoramento das disposições a serem inseridas no futuro edital.

O Termo de Referência encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, e o encaminhamento das manifestações poderá ser feito até as 18 horas do dia 12/10/2011, através do endereço eletrônico consultapublicarh@almg.gov.br, com a devida identificação do autor (nome, denominação, endereço, e-mail, telefone/fax).

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2011.

Comissão Permanente de Licitação da ALMG.

ERRATA

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/9/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/9/2011, na pág. 82, col. 3, sob o título "OFÍCIOS", no resumo do ofício do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, onde se lê:

"prestando informações relativas a requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz encaminhado pelo Ofício nº 2.399/2011/SGM", leia-se:

"prestando informações relativas ao Requerimento nº 906/2011, da Comissão de Meio Ambiente".

A versão eletrônica do "Diário de Legislativo" está disponível no "site" da ALMG (www.almg.gov.br).

1081 cm -27 222709 - 1